



POLÍTICA E ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO: A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E O CAMPO DE CONCENTRAÇÃO CHÃ DE ESTEVÃO

Doutora Susan Lewis¹

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar o poder político a partir de sua positividade. Nesse sentido, buscamos entender, numa perspectiva foucaultiana, as manifestações do poder que não se restringem aos seus aspectos meramente repressivos, de interdição, mas, sobretudo, às estratégias políticas associadas à produção dos discursos. Para tanto, consideramos questões relacionadas à Segunda Guerra Mundial, especificamente no que se refere à construção do inimigo político e à criação, em Pernambuco, do Campo de Concentração Chã de Estevão, que, durante o conflito mundial, confinou pretensos nazistas. Nas pesquisas que realizamos sobre a temática, observamos como o Estado utilizou os diversos estratagemas que compõem as ações políticas, especialmente por se tratar de um governo de exceção disposto a legitimar, através de intensa propaganda de massas, os ideários estado-novistas. A Segunda Guerra Mundial inseriu-se, assim, neste contexto, bem como diversas medidas direcionadas aos chamados à época “súditos do Eixo”.

Palavras-chave: Pernambuco, nazismo, espionagem, Estado Novo

Abstract

This work aims to analyze the political power through its positivity. Accordingly, we seek to understand, in a Foucaultian perspective, the manifestations of power that go beyond its aspect merely of repression and interdiction. Above all, we seek to comprehend the political strategies associated with the production of speech. To this end, we consider issues related to the World War II, specifically with regard to the construction of the enemy and the political establishment in Pernambuco of the concentration camp Chã de Estevão. Such concentration camp confined alleged Nazis during the World War. In research we conducted on the subject, we observed how the State used several stratagems that composed the political actions. This happened especially because it was a government of exception, willing to justify, through intense mass propaganda, the New State ideals. The Second World War was inserted in this context, as well as the number of measures directed to the so called "subjects of the Axis".

Keywords: Pernambuco, Nazis, espionage, New State

1. INTRODUÇÃO

A percepção das relações de poder através da sua positividade gerou uma perspectiva diferenciada para a análise da política. O caráter meramente repressor da instituição do poder cede lugar para a observação da produção dos discursos apresentados como verdadeiros.

¹ Universidade de Pernambuco, s.lewis@uol.com.br



Como afirmou Foucault, “o que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”.² Saber e poder, portanto, interligam-se intimamente e é nesse sentido que podemos voltar ao período que este trabalho aborda e considerarmos as diversas maneiras utilizadas estrategicamente para a legitimação da política e que não estão restritas, necessariamente, à interdição.

Foram nas décadas de 1920 e 1930 que se disseminaram novas concepções “sobre o que deveria ser o ‘homem novo’, o papel do Estado e a boa sociedade”.³ Tanto a esquerda quanto a direita defendiam o Estado forte. Ideais antes inquestionáveis passavam a ser vistos como ultrapassados e as democracias liberais iam ficando para trás, com as ações dos movimentos autoritários e totalitários que defendiam um intervencionismo cada vez maior do Estado, contrapondo-se ao que seria a inoperância do capitalismo liberal e o perigo comunista. A ascensão dos regimes de força pode ser observada pelos números apresentados por Hobsbawm. Considerando todo o mundo, “[...] havia talvez 35 ou mais governos constitucionais e eleitos em 1920 (dependendo de onde situamos algumas repúblicas latino-americanas). Até 1938, havia talvez dezessete desses Estados, em 1944 talvez doze, de um total global de 65”.⁴

No Brasil, o golpe que dava início à ditadura estado-novista não era, portanto, exceção no período. Com nítidas influências fascistas, o “novo” regime se alicerçava através de uma máquina de propaganda política voltada para doutrinar as massas e empreendia tentativas constantes de solidificar a ideia de ruptura com um passado apresentado como arcaico. Além da repressão, propaganda e doutrinação foram fundamentais para o poder em questão. Como bem afirmou Elisabeth Cancelli,

Não era certamente através da propaganda e da doutrinação que se instalava o terror. A propaganda, ela mesma, fazia parte de todo o aparato de terror, porque, antes mais nada, condicionava todos os indivíduos, através do espectro de seres desesperados que eram, no interior de uma sociedade de massas, e, a partir do hábito de suas renúncias sistemáticas, fazia com que cada um se projetasse em promessas que visavam tocar nos mais íntimos desejos reprimidos. Esta propaganda induzia à certeza de que o novo regime providenciaria a toda a sociedade um estado de felicidade futura. E era galgada na repetição sistemática de *slogans*, projeções e verdades fabricadas,

² FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 8..

³ ARAÚJO, Maria Celina Soares D'. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 7.

⁴ HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 115.



espalhados por cada meio de disseminação cultural que o Estado tivesse a possibilidade de atingir ou criar.⁵

O Estado Novo também esteve inserido em um tempo de guerra e, se por um lado ela contribuiu para o fim do regime - uma vez que as contradições de um governo ditatorial lutando a favor das democracias ficaram bastante expostas com o término do conflito mundial – por outro lado proporcionou, além da concretização do modelo econômico desenvolvimentista, elementos simbólicos que serviam para reforçar os valores ditatoriais. Entre eles podemos destacar o elemento *inimigo político*, justificador de inúmeras ações e fruto de crenças e/ou interesses que apontam o *outro* como indesejável, perigoso, uma ameaça ao estabelecido e que, no caso em questão, envolveu inúmeros grupos como ocorreu com os alemães, italianos e japoneses, denominados por autoridades políticas e policiais do período como os “súditos do Eixo”.

É interesse observar o que afirma Roney Cytrinowicz sobre o século XX e sua associação com a guerra. O autor destaca a centralidade que ela possui no período em questão, principalmente no que se refere às duas Guerras Mundiais e chama atenção para a periodização da história da Europa no século XX, que se dá em função dos conflitos bélicos. “Há o Pré-guerra, a Primeira Guerra, o Entreguerras, a Segunda Guerra, o Pós-Guerra e a Guerra Fria [...]. Quando não há guerra, é entreguerras, é pré-guerra, é pós-guerra, mas sempre mobilização em torno da guerra.”⁶ E se guerra significa, entre outros elementos, a mobilização das sociedades envolvidas, o conflitos bélico moderno é ainda mais significativo, uma vez que “[...] envolve todos os cidadãos e mobiliza a maioria; é travada com armamentos que exigem um desvio de toda a economia para a sua produção, e são usados em quantidades inimagináveis; produz indizível destruição e domina e transforma absolutamente a vida dos países envolvidos.”⁷

No entanto, quando consideramos a Segunda Guerra e o Brasil, é certo que as repercussões foram bastante distintas das que ocorreram nos países diretamente envolvidos no conflito. Mas, apesar de não ter tido a guerra diretamente em território nacional e de estar bastante distante da realidade que assolava outros países, o governo Novo não deixou de utilizar, estrategicamente, os elementos que resultavam do conflito. Afirmou Cytrinowicz:

A ideologia do Estado Novo enfatizava ideais militares, povo em marcha, disciplina, bravura e lealdade, destreza e resistência muscular,

⁵ CANCELLI, Elisabeth. **O mundo da violência**: a polícia da era Vargas. Brasília: Editora da UnB, 1993, p. 36.

⁶ CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra**: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Geração Editorial; Edusp, 2000, p. 13.

⁷ HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**, op. cit., p. 51.



desbravamento e coragem, organização e vigilância, sacrifício e união. [...] Para um regime que pretendia construir um Estado novo, a guerra – que poderia mobilizar a população e uni-la em torno das Forças Armadas e de ideais cívicos nacionalistas – era o momento oportuno para tornar todos os soldados a serviço da pátria, tendo como ideais escoteiros e enfermeiras.⁸

Tal realidade pode ser observada em Pernambuco, unidade da federação que teve a liderança do interventor Agamenon Magalhães, líder político de projeção nacional no governo Vargas e que soube, de maneira bastante singular, aproveitar as condições da guerra para legitimar o projeto autoritário das décadas de 1930 e 1940.

2. O ESTADO, OS INIMIGOS DO EIXO E O CAMPO DE CONCENTRAÇÃO CHÃ DE ESTEVÃO

Foi em dezembro de 1937 que Agamenon assumiu a interventoria em Pernambuco e empreendeu esforços constantes para firmar o projeto nacionalista e autoritário varguista. Imediatamente, fundou a **Folha da Manhã** e passou a redigir artigos que propagandeavam seu governo e o regime político. No matutino, podem ser observadas, assim, diversas ações relacionadas ao conflito mundial, bem como a utilização do mesmo para mobilizar a população. O rompimento das relações com o Eixo, em 1941, e a declaração de guerra no ano seguinte, geraram no estado forte vigilância e repressão sobre os membros dos países inimigos, chamados à época de “súditos do Eixo”, em uma clara referência à subordinação dos mesmos aos seus estados de origem. Para um regime que pretendia estar acima da sociedade, a figura do inimigo político era de fato significativa para mobilizar a população. A espionagem nazista, por exemplo, ocorria no país, mas aumentar significativamente a sua periculosidade e envolver a população na sua vigilância era uma forma de fortalecer o regime. Nesta perspectiva foi que Agamenon se voltou aos seus leitores, dizendo que:

Se as medidas de prevenção e vigilância do governo reduziram as possibilidades da espionagem em nosso território, isso não impede que o inimigo deixe de empregar outros meios. O nordestino é caboclo cem por cento. Olha para o “louro” com certa desconfiança. Isso já é um grande fator de segurança. Essa desconfiança deve, porém, ser agora mais vigilante. Qualquer “louro” que for visto nas praias ou próximo delas é suspeito até prova em contrário. Deve ser levado às autoridades mais próximas para a sua

⁸ CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra**, op. cit., p. 19.

identificação. Não há nada, mas pode haver. Em guerra o perigo está em toda parte. Vigilância, pois, é a atitude que o momento aconselha.⁹

Antes mesmo da guerra, a polícia estava atenta à espionagem e propaganda nazistas em território pernambucano. Era de seu conhecimento, por exemplo, que em Recife funcionava um Partido Nazista, o qual recebia orientações da Alemanha através do cônsul alemão no estado:

[...] o partido (“a filial”) já havia organizado “duas subfiliais” e estas funcionariam no município pernambucano de Paulista e no município paraibano de Rio Tinto, os dois núcleos fabris pertencentes à Companhia de Tecidos Paulista (CTP), dos industriais da família Lundgren. Ainda segundo o investigador, o alemão Erwin Kalk era o chefe principal do Partido Nazista no Recife, enquanto em Paulista o funcionário da CTP Arnold Smith era quem orientava a “subfilial”.¹⁰

Em relação a Paulista, no entanto, algumas especificidades devem ser consideradas a fim de se perceber como o poder político atuou. Segundo o jornal **Vanguarda**, existiam no estado aproximadamente três milhões de habitantes, dos quais 571 eram alemães, 320 italianos e 13 japoneses. No entanto, era em Paulista que havia a maior concentração de alemães devido à Companhia de Tecidos Paulista (CTP): “são 49 os súditos alemães que ali trabalham para um grupo de operários brasileiros que soma quase dez mil.”¹¹ Uma das principais fábricas têxteis do país durante as décadas de 1930, 1940 e 1950, a CTP pertencia à família de origem sueca, os Lundgren, que tinha um domínio absoluto sobre a cidade. Como avalia Lopes, havia em Paulista uma estrutura específica de relações,

[...] que se estabelece, no caso da fábrica e da vila operária de Paulista, envolvendo sob um mesmo controle centralizado a produção fabril, o domínio da moradia e da cidade, a produção agrícola da retaguarda territorial da fábrica e a circulação mercantil dos bens de consumo dos operários sob a forma de uma feira administrada. Além disso, esta estrutura de relações sociais contém a promoção e administração de atividades médicas, religiosas e recreativas, e também uma numerosa milícia particular, garantido o “governo local de fato” da companhia sobre estas múltiplas atividades.¹²

O “governo local de fato” não se coadunava com as intenções do Estado Novo. A autonomia dos estados e municípios era contrária à centralização pretendida pelo regime. O caráter simbólico de tal projeto pode ser observado na cerimônia posterior ao golpe de 1937: “dias depois seguiu-se a cerimônia da queima das bandeiras dos estados, simbolizando a centralização do poder, a afirmação da autoridade do chefe central, o fim dos regionalismos e

⁹ MAGALHÃES, Agamenon. Vigilância. **Folha da Manhã**, Recife, 13 ago. 1943.

¹⁰ Cf. Relatório de Informações da DOPS, Recife, 30.05.1938, Prontuário Individual 11.368 – APEJE – PE.

¹¹ O nazismo em Pernambuco. **Vanguarda**, Recife, 24 mar. 1942. Prontuário Funcional 30.311, env. 4 – DOPS - APEJE.

¹² LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora da UnB, 1988, p. 21.

da federação.”¹³ Ora, Paulista era exatamente o oposto desta condição pretendida e erigida nos anos que se seguiram ao golpe. E Agamenon não deixou de estar atento a este fato. O interventor de Pernambuco, que expressava o seu interesse em agir sobre os municípios e tê-los sob controle, enxergava o *vazio* do poder público sobre Paulista e o predomínio dos Lundgren na localidade.

Assim, em 1941, afirmava faltar àquele “grande centro de trabalho”, que abrigava “uma das maiores organizações fabris” do país, um “sentido municipal, uma vida autônoma, alguma coisa mais do que as máquinas, os teares, as chaminés, a empresa”. O “*sistema* Paulista” terminava por gerar um *governo local de fato*, como expunha publicamente o poder público, que passaria, a partir de então, a propagar o reverso da condição que reinava no local, apresentando-o como um dos municípios em que o Estado Novo estava tendo mais “influência transformadora e benéfica”. E isto estaria ocorrendo justamente sob a intervenção de Agamenon, que inaugurava ruas novas, edifícios públicos, praças, casas operárias “magníficas”, escolas.¹⁴

Durante muito tempo esteve Paulista sob o olhar policial, assim como Rio Tinto, na Paraíba, os dois núcleos fabris dos Lundgren. Mas a vigilância que girava em torno da família e de parte de seus funcionários inseria-se em um contexto de disputas políticas entre a interventoria de Agamenon e os próprios Lundgren relacionadas a assuntos que não diziam respeito ao nazismo, mas sim ao *governo* que exerciam na região. Desta forma, mesmo quando eram efetuadas averiguações relacionadas ao conflito bélico mundial, não deixava de existir a preocupação por parte das autoridades governamentais com o poderio da família. Isto pode ser observado no relatório de diligência policial efetuada na Paraíba. Apesar das suspeitas em torno de atividades pró-Eixo, as observações efetuadas ressaltavam a influência que a família exercia sobre autoridades políticas, como no caso do prefeito de Mamanguape, cidade próxima a Rio Tinto. Segundo as diligências realizadas, Mamanguape seria uma espécie de “sucursal ou filial” das fábricas de Rio Tinto, onde o prefeito, Eduardo Ferreira – que era funcionário dos Lundgren, os quais lhe atribuíam “inteira confiança” –, resolvia “todo e qualquer assunto referente a essa localidade, até mesmo consentimento para embarques no porto em apreço de mercadorias e pessoas estranhas que pretendam viajar nas praias próximas”. A preocupação girava em torno da Bahia da Traição, praia próxima a Mamanguape (“8 léguas por terra”), que seria um local estratégico e de interesse, uma vez que

¹³ ARAÚJO, Maria Celina Soares D'. *O Estado Novo*, op. cit., p. 25.

¹⁴ Cf. MAGALHÃES, Agamenon. *Progresso municipal* (20.08.1941). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 265.

era habitado apenas por pescadores e, por suas características (“curva reentrante com bastante profundidade”, descrição do local), possuía condições de funcionar “para fins de bases submarinas ou de abastecimento”.¹⁵

Em nenhuma documentação policial encontram-se confirmações que vinculem atividades nazistas aos Lundgren. Entretanto, isto não foi motivo para que a vigilância do estado diminuísse. Em março de 1942, os estrangeiros que pertenciam aos países do Eixo recebiam as seguintes ordens:

- 1º - Devem residir todos em Paulista.
- 2º - Não podem se ausentar de Paulista sem licença prévia da Secretaria da Segurança Pública, salvo as viagens a Recife para compras, tratamento médico, etc.
- 3º - Não é permitido frequentarem as praias e suas adjacências.
- 4º - Não podem fazer excursões à [sic]cavalo.
- 5º - É proibido fazerem reuniões.
- 6º - Não podem fazer manifestações ou atos semelhantes que possam irritar os ouvintes ou despertar animosidade.
- 7º - Devem entregar a esta Companhia todas as máquinas fotográficas e câmaras que possuam, para serem guardadas na Diretoria em caixa lacrada.
- 8º - Os súditos dos países ocupados pelas nações do eixo ficam sujeitos às mesmas restrições.¹⁶

As ações do governo visando ocupar o vazio do poder público no município terminaram por resultar na criação de um campo de confinamento. Em 22 de novembro de 1942, pouco tempo depois dos resultados das sindicâncias realizadas pela 7ª Região Militar em Paulista e Rio Tinto e das deliberações acerca dos “súditos do Eixo”, foi criado o Campo de Concentração Chã de Estevão, atual Araçoiaba, no município de Igarassu, em Pernambuco, que abrigou funcionários estrangeiros dos Lundgren. Este não foi um fenômeno singular do estado pernambucano. No país, eles foram erigidos em diversas outras localidades (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pará) para abrigar os estrangeiros que eram recolhidos também às casas de detenção e às prisões. É importante ressaltar, no entanto, que no Brasil os campos de concentração não tinham nenhuma semelhança com os que foram criados no século XX pela Rússia stalinista ou pela Alemanha nazista, utilizados como instrumentos de extermínio.

¹⁵ Cf. Resultado de diligências de investigador (João S. Fernandes) para secretário de Segurança Pública de Pernambuco (Edson Moury Fernandes). Prontuário Funcional 29.240. Recife, 25.10.1939 – DOPS - APEJE, p. 1-2.

¹⁶ Comunicação de diretores da CTP (Paulista) para o secretário de Segurança Pública de Pernambuco sobre instruções apresentadas aos “súditos do Eixo”. Paulista, 23 de março de 1942. Prontuário Funcional 31.771-B – DOPS - APEJE.



Vários “súditos do Eixo” estiveram recolhidos em campos de confinamento pelo país, muitos deles sem ter conhecimento das acusações que lhes eram imputadas. Em Pernambuco, entretanto, havia uma singularidade referente ao campo de internamento que dizia respeito à sua própria criação, uma vez que esta ocorreu com a colaboração dos Lundgren para abrigar os “súditos do Eixo” de suas empresas, acompanhados de suas famílias. À CTP coube a responsabilidade pelo sustento de todos eles, bem como as despesas relacionadas aos encarregados da segurança e vigilância do campo.

Mas, que intenções moveram os donos da CTP a participar da criação e manutenção do Campo Chã de Estevão? Ao que tudo indica, os propósitos dos industriais estavam relacionados à proteção de seus funcionários estrangeiros, pois, ao invés de serem recolhidos à Casa de Detenção no Recife, tinham a chance de, mesmo prisioneiros, permanecer em casa com suas famílias – esposas e filhos, quando autorizado pela DOPS –, recebendo ajuda de custo para sustentá-las. As terras e as próprias casas eram de propriedade dos Lundgren, os quais ainda contribuía com as despesas do campo. Podemos supor que, diante de tal situação, havia um certo acesso e controle da localidade por parte da família.

Apesar de constituir alternativa à Casa de Detenção e de ter possibilitado o convívio entre os presos e seus familiares, o cotidiano dos que permaneceram no campo não ocorreu tendo como única privação a falta de liberdade. Existiram restrições que geraram repercussões entre os presos, como nas questões relacionadas à comunicação. Desta forma, retirados de seus trabalhos, privados da liberdade de ir e vir, proibidos de falar o idioma natal, estiveram muitos funcionários da CTP, os quais, sem que lhes fosse imputada nenhuma acusação formal, foram internados em um campo como alternativa à prisão comum. E assim se encontraram até o final da guerra, quando foi extinto o Campo de Concentração Chã de Estevão e os estrangeiros puderam voltar à vida cotidiana, mesmo com as marcas deixadas pelo conflito e com os embates sociais que se estenderiam por algum tempo ancorados na mesma temática.

3. CONCLUSÕES

O inimigo da guerra era parte integrante das falas do governo e estaria em toda parte. Vigilância, pois, era a palavra de ordem. O aparato ideológico utilizado para empreender a sensação de periculosidade encontrava-se em consonância com os aparelhos repressores



estatais: “ao mesmo tempo em que a polícia conseguia apresentar o estrangeiro como um grande inimigo social, utilizou-se dele para promover a centralização do aparato policial, sua modernização e seu caráter fundamental como sustentáculo do regime.”¹⁷ Foi o que se deu em Pernambuco, com a criação, inclusive, de um campo de confinamento para os “súditos do Eixo”, em sua maioria alemães, acusados de espionagem nazista.¹⁸

No entanto, os *perigos* que constituiriam tais grupos variavam ao sabor do tempo e das necessidades políticas. Antes do rompimento do Brasil com as potências do Eixo, a **Folha da Manhã**, de propriedade do interventor Agamenon Magalhães, desumanizava os judeus e exaltava os ideais nazifascistas. Constantemente, durante anos, eles foram objeto de múltiplas acusações, que serviam para demonstrar o que era esperado, bem como o que não era aceito pelo Estado Novo. Com o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, os “súditos do Eixo” passaram, então, à posição primeira de *inimigos* públicos. A espionagem ocorria em território pernambucano e havia o envio de informações para a Alemanha em guerra com o Brasil. Contudo, se existia a preocupação decorrente de tal questão, ela esteve relacionada a outros elementos, como aconteceu no caso dos Lundgren. A crença em tal perigo por parte das autoridades vinculava-se a outros propósitos e foram realizadas estratégias para concretizá-los. Foi o que se verificou na relação entre Agamenon e a família de industriais, em que a acusação de nazismo sobre ela e seus funcionários estrangeiros associava-se, principalmente, às disputas pelo poder no município de Paulista. Com o fim da guerra, porém, estas histórias cederiam espaços a outras e o próprio Estado não resistiria às suas contradições.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Maria Aparecida de. A América vai à guerra. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico**. São Paulo: Xamã, 1995. (Série eventos).

ARAÚJO, Maria Celina Soares D^a. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

¹⁷ CANCELLI, Elisabeth. **O mundo da violência**: a polícia da Era Vargas. Brasília: Editora UnB, 1993, p. 124.

¹⁸ A análise dos discursos e práticas da interventoria de Agamenon Magalhães relacionados aos “súditos do Eixo”, bem como a criação de um campo de confinamento em Igarassu para abrigar os pretensos nazistas (“Campo de Contração Chã de Estevão”), está presente na tese de Doutorado que realizei. Ver: LEWIS, Susan. **Indesejáveis e perigosos na arena política**, op. cit.



ARENDDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**: imperialismo, a expansão do poder. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Documentário, 1976.

CANCELLI, Elisabeth. **O mundo da violência**: a polícia da era Vargas. Brasília: Editora da UnB, 1993.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano, v. 2).

_____. Propaganda política no varguismo e peronismo: caminhos metodológicos. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos et al. (orgs.). **Questões de teoria e metodologia da História**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

CORSI, Luiz Francisco. **Estado Novo**: política externa e projeto nacional. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra**: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Geração Editorial; Edusp, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IGLÉSIAS, Francisco. **História e ideologia**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1981.

GOMES, Ângela Maria de Castro. A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1986.

LEWIS, Susan. **Indesejáveis e perigosos na arena política**: Pernambuco, o antisemitismo e a questão alemã durante o Estado Novo (1937-1945). Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora da UnB, 1988.

MAGALHÃES, Agamenon. **Idéias e lutas**. Introdução de Nilo Pereira; apresentação de Roberto Magalhães. Recife: Fundarpe; Raiz, 1985.

PERAZZO, Priscila Ferreira. **O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999. (Coleção teses e monografias).



PEREIRA, Nilo. **Agamenon Magalhães**: uma evocação pessoal. Recife: Taperoá, 1973.

Repensando o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

